

Modernidade, preconceito e estética: a cor da pele

AURORA CARDOSO DE QUADROS*

MONICA NOGUEIRA CAMARGO**

Resumo:

Este artigo aborda teorias sobre discriminação e racismo no Brasil, em cotejamento com versos da poética de dois poetas: um clássico, Castro Alves. Outro, moderno, Adão Ventura, que representa a diáspora do elemento banido pelo preconceito. Por meio da leitura comparativa, chega-se à conclusão de que o racismo ainda persiste no país e que a poesia é uma boa maneira de sensibilizar e superar o preconceito racial.

Palavras-chave: Racismo no Brasil; Poesia; Diáspora.

Modernity, preconception and aesthetics: the color of the skin

Abstract:

This article approaches theories on discrimination and racism in Brazil, in comparison with verses of the poetics of two poets: a classic, Castro Alves. Another, modern, Adão Ventura, who represents the diaspora of the element banned by prejudice. Through comparative reading, one comes to the conclusion that racism still persists in the country and that poetry is a good way of sensitizing and overcoming racial prejudice.

Key words: Racism in Brazil; Poetry; Diaspora.



* **AURORA CARDOSO DE QUADROS** é professora do Departamento de Comunicação e Letras da Universidade Estadual de Montes Claros; Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de S. Paulo (USP).



** **MONICA NOGUEIRA CAMARGO** é Mestre em Desenvolvimento Social pela UNIMONTES e especialista em EAD pela mesma instituição. Atualmente é professora do Curso de Graduação em EAD da Universidade Estadual de Montes Claros, e professora no Curso de Especialização lato sensu em EAD, do Instituto Federal do Norte de Minas.



Fotos: Marco Antônio Souto Menezes. / Arte: Luíza Cardoso de Quadros

Introdução

No Brasil, registram-se por toda parte práticas discriminatórias racistas que, através de discursos, agressões e mortes, atualizam o paradigma biológico da luta de raças, a qual abrange processos e consequências que se direcionam a um grupo racial em particular – ao da população negra. Enquanto a história busca a objetividade nos seus relatos sobre o assunto, a literatura representa esse fato por meio da arte da palavra. E, nos ideais do indivíduo moderno, pode-se entrever o antepassado que se repete ou se nega em vozes e discursos históricos ou poéticos da modernidade. O presente artigo, por conseguinte, possui o objetivo de apresentar uma reflexão sobre a discriminação dos negros após a abolição da escravidão como negação dos atributos ideais do indivíduo. Para tanto, buscou-se embasamento nas proposições de autores como Althusser (1970), Hasenbalg (1979), Guimaraes (1999) e Weber (2004), e na poética de Castro Alves e Adão Ventura.

Hasenbalg (1979) aponta que a procedência desse problema se encontra na constituição da modernidade e em seus pressupostos ideológicos. Essa modernidade, nomeadamente capitalista, foi o resultado de uma

agressiva ação das sociedades europeias e da sua expansão comercial e colonial, desencadeando, assim, uma mudança histórica que alterou o caráter das relações raciais e consolidou o racismo. Com o tráfico negreiro e a implantação do trabalho escravo, foi necessária uma ideologia que justificasse essa prática social de discriminação racial. Adão Ventura (1984) representa a continuidade dos tempos da escravidão, sugerindo os reflexos decorrentes do modo de valorar o negro no Brasil. Pode-se ler os sentidos inerente a essa ideia em vários dos seus versos, na obra *A cor da pele*:

*em negro
teceram-me a pele
enormes correntes
amarram-me ao tronco
de uma Nova África (VENTURA,
1984, s/p)*

Este trabalho analisa as teorias sobre as raízes históricas do racismo e as relações raciais na sociedade moderna, abordando a questão do negro sob diversos pontos de vista, incluindo o estético, além de refletir sobre as particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social, com ênfase na problemática da discriminação racial.



O racismo no desenvolvimento da modernidade capitalista

As teorias racistas vêm sendo abordadas sob as mais variadas perspectivas teóricas no sentido de compreender sua trajetória histórica e seus desdobramentos na atualidade. A busca da compreensão do racismo remete, necessariamente, às suas raízes históricas e políticas reforçadas pela herança cultural dos tempos da escravidão e pelos argumentos torpes do século XIX, cujas teorias buscavam explicar as diferenças entre os grupos humanos, legitimando a hierarquização da humanidade em função da origem geográfica e cor da pele de forma que o homem branco ocupasse a posição de superioridade, símbolo da civilização. Hasenbalg (1979, p. 69) reconhece que “ao nível dos modelos conscientes, a cor da pele era indicação de descendência africana, mas também representava ‘a marca da escravidão em todas as sociedades escravistas’”. Assim a precária estabilidade do escravismo brasileiro levou à manipulação de divisões étnicas e raciais através da criação de extratos sociais.

“(…) o escravismo não apenas condicionou a estrutura de classes e o sistema de disciplina de classe e de raça aos quais toda a população

livre estava sujeita, mas também influenciou o destino social dos escravos alforriados e dos não-brancos nascidos livres”. (HASENBALG, 1979, p. 69).

A razão central do racismo descansa em um passado escravocrata e em uma utilidade econômica tendo em vista que a Europa no século XIX se transformou no centro do capitalismo industrial competitivo. Com as máquinas de tear e com as vantagens econômicas, legitimou-se a exploração em massa dos trabalhadores, principalmente dos negros, que sofreram drasticamente as consequências. Do ponto de vista da configuração literária do racismo e da exclusão também se percebe em Castro Alves a indignação pelo mistério que está escrito na veia da diáspora africana, dede os tempos da escravidão, em que perquire a Deus sobre seu silêncio e tentando ser ouvida:

*Deus! Ó Deus! Onde estás que não respondes?
Em que mundo, em qu'estrela tu t'escondes
Embuçado nos céus?
Há dous mil anos te mandei meu grito,
Que embalde, desde então, corre o infinito...
Onde estás, Senhor Deus?...
(CASTRO ALVES, 1997, p. 238)*



Buscando em grito surdo a atenção de Deus, a África reclama a Deus dos seus terríveis destinos. A história relata, a razão tenta explicar, a poesia emociona ao revelar um eu social que agoniza no universo de indivíduos que não podem pensar num homem esquecido, mesmo porque ele representa ninguém. Em suas desventuras, a África se compara às irmãs ricas, como a Europa, América e demais continentes. Na América, ao se emparelhar, diz o eu/África:

Hoje em meu sangue a América se nutre:

- Condor, que transformara-se em abutre,

Ave da escravidão.

Ela juntou-se às mais... irmã traidora!

Qual de José os vis irmãos, outrora,

Venderam seu irmão! (CASTRO ALVES, 1997, p. 241)

Na perspectiva tanto histórica quanto estética, o contexto muda, mas as vozes ecoam, e as populações afrodescendentes, historicamente

oprimidas por um processo de modernização estrutural da sociedade, de natureza excludente, é marcada por injustiças, tragédias e preconceito. Um descaso que o Brasil carrega até os dias de hoje. Florestan Fernandes (2008) foi ao centro do problema e deixou claro que a abolição da escravidão libertou os negros oficialmente, mas, na prática, a discriminação e o servilismo continuaram. De fato, a desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho (FERNANDES, 2008, p. 29).



Dessa forma, os negros foram obrigados a se submeter aos subempregos sem nenhuma proteção institucional, na continuidade de uma diáspora metafórica. Adão Ventura constrói essa denúncia, por sua vez, do seguinte modo:

*minha carta de alforria
não me deu fazendas,
nem dinheiro no banco,
nem bigodes retorcidos.
minha carta de alforria
costurou meus passos
aos corredores da noite
de minha pele. (VENTURA, 1984,
s/p)*

Florestan (2008) enfatiza que a situação social dos negros pós-abolição, sob o ponto de vista de uma sociedade de classe e em desenvolvimento, foi retardada, haja vista que o processo imigratório posto em prática pelo governo priorizou a mão de obra europeia que representava o advento da civilização e da modernização da sociedade nacional. Além dessas

dificuldades para os negros se integrarem na sociedade, “as instituições sociais que se tornaram básicas para a conformação do horizonte cultural, a organização da vida e a integração no regime de classes, foram absorvidas no ‘meio negro’” (FERNANDES, 2008, p. 284).

Assim, as ideias racistas da Europa foram transplantadas para o Brasil, para que os governos europeus justificassem seus domínios na Ásia e na África no período do imperialismo, criando condições favoráveis para o aumento do preconceito contra os povos desses continentes proscritos da dignidade e os quais por muito tempo foram vistos como inferiores, bem expressos pelos seguintes versos de A cor da pele:

*Carrego comigo
a sombra de longos muros
tentando impedir
que meus pés
cheguem ao final
dos caminhos. (VENTURA, 1984,
s/p)*



Por esse motivo, o negro passou a ser um mau cidadão, alguém que, segundo a elite brasileira, era incapaz de se adaptar ao trabalho livre. Logo, este processo resultou na marginalização de um povo transformado em inimigo, hostilizado pela classe dominante, banido fisicamente, socialmente e emocionalmente. “Em consequência, a perpetuação de uma parcela considerável da herança sociocultural transplantada no meio rústico operava-se, em si mesma, como uma anomalia” (FERNANDES, 2008, p. 84). No entanto, o racismo e a discriminação racial seriam o resultado da competição existente no capitalismo. O negro sofreu consequências diretas no acesso às novas ocupações econômicas advindas do desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a exigência da ordem social competitiva emergente e com “a falta de preparo para o papel de trabalhadores livres e ao limitado volume de habilidades sociais adquiridas durante a escravidão acrescentou-se a exclusão das

oportunidades sociais e econômicas” (HASENBALG, 1979, p. 69).

Com o desenvolvimento das sociedades europeias no período de transição ao capitalismo institui-se uma nova situação histórica que altera as relações raciais, consolidando o racismo. A depreciação do negro na sociedade escravista cumpria a função de legitimar o regime político vigente, enquanto que à sociedade capitalista compete a função de excluir os negros da concorrência de oportunidades igualitárias à ascensão social. A objetividade dessa explicação pode ser delineada de outra forma, de modo a atingir o poder dominante e trazer a luz o ponto nevrálgico, psíquico e emocional desse fenômeno:

*faça sol ou faça tempestade
meu corpo é cercado
por estes muros altos,
- currais
onde ainda se coagula
o sangue dos escravos (VENTURA,
1984, s/p).*

Na expressão da dor causada pelas prisões simbólicas subjazem suas possíveis causas históricas como a de que “cada nova geração de não-brancos está em posição de desvantagem porque se origina desproporcionalmente de famílias de baixa posição social”, conforme postula Hasenbalg (1979, p. 198). Os dominadores sentiam a necessidade de justificar as condições sub-humanas e a exploração realizada por eles sobre os não brancos, utilizando mecanismos sociais que “obstruem a mobilidade ascendente das pessoas de cor às práticas discriminatórias dos brancos – sejam elas abertas ou polidamente sutis” (HASENBALG, 1979, p. 164). Sendo assim, a discriminação e o preconceito racial não são mantidos intactos após a abolição, mas, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas. O estudioso pondera ainda que (...) “as desigualdades raciais e a concentração de negros e mulatos na base do sistema de estratificação deveriam ser atribuídas não tanto à operação e princípios racistas de seleção, mas às diferenças no ponto de partida” (HASENBALG, 1979, p. 164).

Por sua vez, Weber (2003) enfatizou a ideia da sociedade moderna como sociedade de mercados em detrimento das comunidades de orientações de ação tradicionais ou de racionalidades finalísticas. Para ele, o mundo moderno destituiu os negros dos antigos laços e os ofereceu novas formas de solidariedade. Em sua obra *Economia e Sociedade*, o mesmo distinguiu três importantes categorias: “raça”, “etnia” e “nação”, e explicitou as diferenças desses conceitos, abordando aspectos fundamentais para contextualizarmos a história brasileira e identificarmos que ela está ligada a uma interpretação da subjetividade das relações humanas. Assim sendo, considerava raça e

semelhanças físicas como um, entre tantos elementos, que poderiam ser percebidos através da subjetividade.

Outro aspecto importante estudado por Weber foi a posição da igreja e sua forte influência ideológica protegendo um grupo dominante interessado na exploração. Weber, em sua obra *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, tenta compreender como o fenômeno religioso influenciou desde o início o capitalismo. “Naquele tempo as forças religiosas que se expressavam por esses canais eram as influências decisivas na formação do caráter nacional” (WEBER, 2004, p. 117). Para ele, a sociedade moderna e industrial, regida pela razão instrumental, caminhava para um processo de crescente racionalização da ação e explicou que a modernidade não só decorre da diferenciação da economia capitalista e do Estado, mas também de uma reordenação racional da cultura e da sociedade. Assim, as hierarquias sociais podem ser explicadas e racionalizadas de diferentes modos, fazendo, todas, apelo à ordem natural para sustentar a essência do sistema capitalista.

Nesse sentido, esclarece Weber (2004, p. 50), “o ‘espírito’ capitalista [especificamente moderno] como fenômeno de massa, sempre existiu em todos os períodos da história, e esse mesmo espírito teria a ver com uma disciplinarização - um método, pela busca do “ganho desbragado, sem vínculo interno com norma nenhuma”. A disseminação dessa nova atitude foi “um dos mais fortes obstáculos espirituais com que se defrontou a adaptação dos seres humanos aos pressupostos de uma ordem econômica de cunho capitalista burguês” (WEBER, 2004, p. 51).

É notório, nas análises de Weber (2004), que a ética protestante e o

espírito do capitalismo contribuem inevitavelmente para uma redefinição do mundo do trabalho. No entanto, conforme observa Souza (1997, p. 66), “o espírito do capitalismo influi não apenas no mundo do trabalho ou na economia no sentido estrito, mas também contribui de forma importante para a reificação da vida em geral”. Trata-se, aqui, na definição do termo de “‘recriação’ do mundo na medida em que uma nova ‘racionalidade’ especificamente ocidental passa a permear todas as esferas da atividade humana” (SOUZA, 1997, p. 67).

Althusser (1970) destaca que os aparelhos ideológicos do Estado possuem um grande poder de formação e representação do indivíduo em sua comunidade e na sociedade como um todo, como um sistema de representações dotado de uma existência e de um papel histórico no seio de uma sociedade dada. O autor esclarece que a ideologia religiosa, moral e jurídica funciona interpelando indivíduos a adotar determinada prática sócio-ideológica.

Assim, tomando por foco o ângulo social e político, percebe-se que o Estado não se limita apenas a sua dimensão institucional, mas também através do poder ideológico, que por sua vez atua de forma sutil e complexa na sociedade. Ainda conforme o pensamento de Althusser, o Estado Moderno está nas mãos da burguesia que, para se manter como classe dominante, controla e manipula ideologicamente as instituições a fim de se reproduzir o *status quo*. Para tanto, o Estado utiliza a mídia, a escola, a Igreja e outras instituições sociais que disseminam valores, ideias e crenças que dão sustentação a determinadas ideologias. Essas interdita ou dificultam a implantação de medidas

institucionais, mesmo que tenham sido implantadas por governos. Portanto, isso nos possibilita olhar para as relações de dominação e poder não somente como relações de classe social, mas também como de perfil racial, gênero e outras assimetrias das sociedades, tidas como modernas. Pelo exposto sob o ponto de vista exterior, é possível abranger a ideia de que o racismo, o preconceito e as formas de dominação estão relacionados ao modo de produção capitalista, e, sob o manto da ideologia da “democracia racial”, o racismo passa a ser o mecanismo e a expressão do conservadorismo. Mudando os tempos, as ideias, o contexto, algo parece permanecer na voz social da valoração por trás da cor.

Aprofundando a questão por caminhos diferentes, pode-se tentar um movimento de perscrutar o seu âmbito interior, poeticamente desafiador da paz dos acomodados:

*faça sol
ou faça tempestade
meu corpo é fechado
por esta pele negra (VENTURA,
1984, s/p)*

Os versos lembram a pouca evolução dos conceitos e preconceitos em torno da cor negra, simbolizando pelas mudanças climáticas a paradoxal imutabilidade do dilema da opressão racial. A esse respeito, Hasenbalg (1979) explica que a tão difundida “democracia racial” brasileira não passa de um mito, e se baseia em uma arma ideológica que visa ao controle social, produzida por intelectuais das elites dominantes brancas, destinada a socializar a população brasileira de brancos e não brancos como iguais, evitando, desta forma, um conflito racial no Brasil. Deve-se ressaltar que a ideologia racial do Brasil, além de inibir a articulação de demandas autônomas

dos negros, não é neutra com relação a outras áreas de conflito racial, a imagem de harmonia racial e o mito de uma democracia racial desempenham uma função igualmente importante no encobrimento do potencial de conflito de classes e de polarização objetiva de classes. (HASENBALG, 1979, p. 246). Portanto, o “racismo” é um conceito corrente para referir-se às sociedades coloniais e pós-coloniais, e “a discriminação e preconceito raciais não são mantidos intactos após a abolição, mas, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas” (Ibidem, 1979, p. 85). Essa atitude de dissimulação pode ser contraposta, inclusive, pelos versos de Castro Alves. Esses, de certa forma, denunciam a fragilidade dos argumentos que usam os desígnios de Deus como base para as aflições e sofrimentos dos proscritos. Assim, a força da rebeldia cria a hipérbole do grito de denúncia à considerada negligência de Deus, viajando pelo coração e pelas vozes da África que, na verdade, é definida e arrebatada como um ser sem voz, jogada aos pés do criador. Isso revela aspectos subjetivos das implicações da marginalização social do povo negro, ainda encontradas nas práticas ditas “racistas” e discriminatórias subjacentes ao período posterior à abolição.

O desenrolar e as associações possíveis desses fatos no Brasil podem ser abordados por elaborações diferentes, que refletem, representam ou explicam a realidade do negro em meio à sociedade “moderna”, cujo progresso não se deu sem a marca do preconceito.

Situação social da população negra no Brasil

Embora mais de um século já tenha se passado desde a abolição da escravidão no Brasil, pouco mudou em relação à situação do negro na sociedade. A Abolição nada mais simbolizou que uma falsa liberdade: uma nova forma de rejeição da cor, e os negros continuaram com o legado de espécie inferior.

A marcas da desigualdade histórica ainda permeiam nossa sociedade e a busca por igualdade assinala, cada vez mais, a história dos negros. Muitos permanecem marginalizados, hostilizados e, apesar de algumas conquistas, não encontram condições igualitárias ao acesso à educação e ao desenvolvimento profissional.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) levantou dados sobre a situação dos negros na sociedade brasileira e, de acordo com o documento apresentado, as probabilidades de um não-branco ser assassinado no Brasil é muito maior do que as de uma pessoa que não é negra. A maioria dos homicídios que ocorrem no Brasil atinge pessoas jovens: do total de vítimas em 2010, cerca de 50% possuíam entre 15 e 29 anos. Desses, 75% são negros. (CERQUEIRA; MOURA, 2013).

Os números, em sua representação matemática, dimensionam objetivamente, pela lógica matemática o espaço numérico do corpo negro. E a arte, em sua representação subjetiva, tenta revelar a continuidade escravocrata que, para Silviano Santiago (1982), reproduzida na poética de Adão Ventura teria o sentido de resgate, uma vez nome “escravidão” dado pelo poeta à desonra atribuída ao negro “é a única maneira de poder reconstituir o negro como não-ser no

passado e como identidade social a ser construída no presente” (SANTIAGO, 1982, p. 125).

A população negra brasileira sempre esteve em desvantagem em relação à branca, em todos os aspectos, como violência, renda, educação, saúde, emprego, habitação e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Cerqueira e Moura esclarecem que esse fato – possuidor de raízes históricas que remetem à escravidão – se relaciona à abolição da escravatura, quando os afrodescendentes foram lançados à própria sorte. Isso “deu início a um duplo processo de discriminação, que ajuda a explicar a persistência da pobreza relativa de negros” (CERQUEIRA; MOURA, 2013, p. 2). Explicam os autores:

Por um lado, a discriminação econômica se deu pela transmissão intergeracional do baixo capital humano, em face de inexistentes políticas inclusivas (no sentido de equidade), reflexo das preferências elitistas do Brasil colônia, que tornava a escola um espaço para poucos e brancos. Por outro lado, a crença em torno de uma raça inferior – que era a ideologia que sustentava a escravidão – não se esgotou com a abolição, mas se perpetuou, refletindo-se em inúmeras manifestações culturais, como na música e nos meios de comunicação. (Ibidem, 2013, p. 2-3).

Recentemente, no Brasil, no âmbito das políticas públicas, ocorre a inserção de algumas ações afirmativas (Brasil, 2005), com o objetivo de compensar as injustiças históricas de desigualdades e discriminação, promovendo o aumento da presença negra e de outras minorias étnicas na educação, mercado de trabalho e nas demais esferas da vida pública. A grande importância dessas

ações é possibilitar a visibilidade da história do povo negro e problematizar o mito da democracia racial. Uma alternativa que se movimenta no âmbito mais íntimo do indivíduo é aquela que toca seu espírito, como é o caso da arte. Essa, devido ao duplo horaciano de doce e útil, instrui e deleita. Portanto, tem a capacidade de modificar seu receptor, ao mesmo tempo em que exprime o eu e seus anseios. Na introjeção da dor do outro, o leitor, o cidadão, o político, os dirigentes podem repensar seus valores e avançar a partir de mudanças subliminares, porque:

*para um negro
a cor da pele
é uma faca
que atinge
muito mais em cheio
o coração. (VENTURA, 1984, s/p)*

Assim, associada a razão, a poesia faz sentido revelando o que lhe é externo e trazendo o que é íntimo. E esse âmbito íntimo, muitas vezes é resultado dos fatos, valores e práticas que o mundo produz nos indivíduos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), nos anos de 2001 e 2012, realizada pelo Ipea e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Espir.) sobre a situação social da população negra por estado, segundo as condições de vida e trabalho no Brasil, constatou que “apesar do evidente avanço nas condições de inserção econômica e social, ainda persistem os diferenciais que colocam os negros em desvantagem, comparativamente aos brancos, em todos os indicadores analisados”. (IPEA; SEPPPIR, 2014, p. 12) Na poesia, na prosa, em versos, com rimas ou não, esse fato poderia tomar formas literárias variadas, mas o componente que se revela em primazia é o da sensibilização do olhar. A poesia emociona, enquanto a vida quase nunca toca. O modo de

dizer o negro, de representar o negro, sua dor, seu íntimo, seu conflito e desajuste interior, num mundo em que sua significância vem estigmatizada de outras datas, pode, associado aos conhecimentos conceituais, modificar mais efetivamente o entendimento do ser e do mundo.

Nesse contexto, do ponto de vista lógico, podemos afirmar que às desigualdades raciais somam-se as enormes desvantagens acumuladas pela população negra. Assim, os fatores que determinam o racismo brasileiro devem levar em conta, especialmente, duas especificidades: a da construção da nacionalidade brasileira, à qual está vinculada a ideologia do embranquecimento e da democracia racial; e o sistema de hierarquização social, que associa ‘cor’, status e classe, fundado nas dicotomias do sistema escravista. (HASENBALG, 1979; GUIMARÃES, 1999). Do ponto de vista espiritual, as construções poéticas, que também revelam conhecimentos históricos e sociais, articulam a partir destes, o componente emocional da arte, propiciando um entendimento e uma interação diferenciada do âmago do homem discriminado pela pele.

Podemos aferir que o passado colonial do Brasil continua presente, pois mesmo há quase 130 anos da abolição da escravatura ainda se verificam as heranças deixadas aos descendentes dos negros africanos escravizados no Brasil. Conforme assevera Hasenbalg (1979), o grande problema da abolição da escravatura no Brasil foi o fato de que a mesma ocorreu sem o estabelecimento de um projeto de como seria o futuro dos escravizados após estes serem libertados. Nas palavras proféticas da poesia, esse fato pode ser encontrado na força dos versos que rogam por justiça a

um Deus que é posto em contraponto à clamada justiça:

Não basta inda de dor, ó Deus terrível?!...

É, pois, teu peito eterno, inexaurível

De vingança e rancor?

E que é que fiz, Senhor? Que torvo crime

Eu cometi jamais, que assim me oprime

Teu gládio vingador?!... (CASTRO ALVES, 1997, p. 240)

O brado da mãe África naquele tempo de trabalho braçal ainda ecoa no país que recebeu seus filhos acorrentados e onde os futuros escravos libertos continuaram proscritos da sociedade livre. Alforriados, foram empurrados das senzalas para os setores inferiorizados, visto que o trabalho livre não lhes assegurou condições de inserção nos espaços da economia competitiva. Além da concorrência desigual dos recém-libertos com os imigrantes que chegaram ao Brasil a partir de 1850, estes últimos tinham a seu favor amplas possibilidades de ascensão dadas às condições próprias da economia de mercado nascente. O cenário atual mudou em números e estatísticas, modificou algumas circunstâncias e avançou em outras, mas as sombras das origens do preconceito povoam o universo desses indivíduos e suas consequências se desdobram em preconceitos velados ou até mesmo expressos.

Superar o preconceito e empenhar determinação para encontrar espaço no mercado de trabalho continua sendo um desafio para mais de 50% da população brasileira cujos membros se autodeclaram pretos ou pardos, conforme aponta o último Censo do IBGE, de 2010. A busca por igualdade de oportunidades vem marcando a

história dos negros no Brasil e no mundo.

Portanto, a relação entre divisão de classes e divisão de raças é herdeira dos pensamentos torpes e infames do princípio do século XIX, de onde surgiram novas ideologias para reforçar sua existência. Mesmo considerados livres, nos negros as marcas da desigualdade histórica ainda estão presentes nos dias de hoje. As contradições de classes persistem, permanecendo a posição inferior dos não-brancos. Pode-se afirmar que o racismo se baseia em um dos fatores que geram violências físicas e psicológicas aos negros e seus descendentes. E, se tomada a ideia de Antonio Candido, a literatura libertadora pode auxiliar na forma de humanizar o olhar sobre o homem e o mundo, por despertar no leitor, além do conhecimento e a reflexão, “a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres” (CANDIDO, 2004, p. 180).

Considerações finais

Levando em consideração os pontos discutidos neste artigo, percebe-se a enorme dívida que a sociedade brasileira tem em relação aos afrodescendentes. Desde a abolição da escravidão aos dias atuais, as práticas racistas adquirem proporções consideráveis e se manifestam em todas as esferas da vida social: saúde, educação, moradia, segurança, justiça. É notório que os negros conquistaram algumas vitórias, mas a realidade ainda está longe da ideal. Ainda vivemos o mito da democracia racial, e segundo o IBGE, precisaremos de pelo menos 20 anos de políticas afirmativas no Brasil

para promover a redução da desigualdade entre negros e brancos.

Ademais, sobre o manto da democracia racial, espelha-se o modo de vida capitalista e sua maneira de contemplar o negro a partir da igualdade burguesa. Essa cultura secular de desprezo, que foi traçada contra o negro, muito contribuiu para a sua exclusão do mercado de trabalho e de outros espaços, o que ainda perdura em tempos de progresso tecnológico e multifacetado. Por enquanto, algumas atitudes tentam modificar a profundidade do seu resultado, a partir de visões mais apuradas, mais claras e distintas. Nesse movimento de se pensar a discriminação racial, torna-se especial o olhar de quem está do lado de fora do problema e o vê com sensibilidade, como é o caso de Castro Alves, cujo engajamento poético no trato da condição negra imprime a dimensão da obtusidade no modo de conceber homens e cores. Também de modo especial, tornam-se legítimas e tocantes certas representações artísticas de quem está dentro do problema, como é o caso de Adão Ventura, cuja poesia verbaliza subjetivamente o íntimo de um ser que vive o que expressa em versos, associando o eu à pessoa. Seu efeito talvez seja de um desvio emocional no modo de apresentar fatos e sentimentos, o que dá novo tom à realidade, ouvindo a voz que reporta o âmagô do negro:

*senzala
é minha carne retalhada
pelo dia-a-dia
senzala
é a sombra que tenho aprisionada
nos ghettos da minha pele.
(VENTURA, 1984, s/p.)*

Assim, a escravidão excludente, problema secular que, mesmo mudando de configuração, mantém-se sob novo manto e conserva-se em suas bases

relatadas pela História, explicadas pela Filosofia, pela Antropologia, pela Sociologia e representada sentimentalmente pela poesia. Esta, que parece ser distante do mundo real, pode ser vista potencialmente como um diferente, mas eficaz instrumento de transformação essencial.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Editorial Presença: Lisboa, 1970.

BRASIL. **Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2003.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, p. 169-191, 2004.

CASTRO ALVES, Antônio de. Vozes d'África. In: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 238-241.

CERQUEIRA, Daniel R. C.; MOURA, Rodrigo Leandro de. **Vidas Perdidas e Racismo no Brasil**. Nota Técnica - 2013 - Número 10 - Diest - Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_notatecnicadiest10.pdf>. Acesso em 30 de out. 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999. 256 p.

_____. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 29, nº 1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>>. Acesso em 10 de out. 2016>.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IPEA; SEPPIR. Situação social da população negra por estado. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3290/1/Situa%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra%20por%20estado.pdf>>. Acesso em 10 de set. 2017.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político-sociais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Jessé. **Patologias da modernidade**: um diálogo entre Habermas e Weber. São Paulo, Annablume, 1997.

VENTURA, Adão. **A cor da pele**. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1984.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Antônio Flavio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

Recebido em 2020-01-25

Publicado em 2020-03-28